

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL NA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS

HISTÓRICOS

Adelcio Machado dos Santos¹

Nelson Felix Imhof²

Ruana Wieser³

Jaqueline Carneiro Santos⁴

Joel Haroldo Baade⁵

Recebido em: 02 abr. 2020

Aceito em: 04 jun. 2020

Como citar este artigo: SANTOS, A. M. et al. EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL NA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS HISTÓRICOS. *Revista Visão: Gestão Organizacional*, Caçador, SC, Brasil, p. 160-168, jun. 2020. ISSN 2238-9636. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33362/visao.v9i1.2399>>.

Resumo: O enfoque está direcionado às questões da educação em contexto de integração transnacional, colimando que o processo de integração não abrange somente as dimensões comerciais e econômicas, mas também os aspectos sociais, políticos, educacionais e culturais. O setor educacional do Mercosul engloba diversos programas, subprogramas e linhas de ação. A criação de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, iniciada a partir do Tratado de Assunção, de 1991, indicou a conformação de um território econômico comum entre os países envolvidos e ajuste dos sistemas educacionais existentes em decorrência da formação de profissionais qualificados que deveriam ser o baluarte da desejada evolução competitiva e independência desses países. A partir disto, iniciou-se uma série de acordos para adequação dos sistemas educativos dos países do Cone Sul, visto que a qualidade do sistema educacional se tornou um fator importante para a prosperidade econômica de todos os países. Contudo, passados 29 anos, constata-se avanços e retrocessos que impediram o deslanche dos projetos inicialmente traçados.

Palavras-Chave: Educação. Mercosul. Integração. Transnacionalidade.

TRANSNATIONAL EDUCATION AND INTEGRATION IN LATIN AMERICA: HISTORICAL ASPECTS

Abstract: The focus is on education issues in the context of transnational integration, with the result that the integration process does not only cover the commercial and economic

¹ Doutor. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação Básica da UNIARP. E-mail: adelciomachado@gmail.com.

² Graduado em Processos Gerenciais. Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

³ Graduado em Processos Gerenciais. Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

⁴ Graduado em Processos Gerenciais. Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

⁵ Doutor. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação Básica da UNIARP. E-mail: baadejoel@gmail.com.

dimensions, but also the social, political, educational and cultural aspects. The Mercosul educational sector includes several programs, subprograms and lines of action. The creation of a Free Trade Zone and a Customs Union between Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, initiated after the 1991 Treaty of Asunción, indicated the formation of a common economic territory between the countries involved and the adjustment of educational systems existing due to the training of qualified professionals who should be the bulwark of the desired competitive evolution and independence of these countries. From this, a series of agreements was initiated to adapt the educational systems of the countries of the Southern Cone, since the quality of the educational system has become an important factor for the economic prosperity of all countries. However, after 29 years, there are advances and setbacks that prevented the development of the projects initially planned.

Keywords: Education. Mercosur. Integration. Transnationality.

INTRODUÇÃO

No congresso para a educação no Mercosul, realizado em Brasília em novembro de 1997, sob os auspícios da República Federativa do Brasil e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, teve-se a oportunidade de discutir com maior profundidade a integração no Mercosul através da educação. À guisa de exemplo operacional na persecução de caminhos e alternativa para o processo de integração cultural, o tema em debate tratava do Ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul. No amplo cenário do Mercosul, destacou-se a educação, quer pela História ou Geografia, que revelam interesses comuns ao conhecimento das questões sociais, econômicas, políticas e pedagógicas relacionadas ao planejamento e à execução das atividades coordenadas pela educação nesta região e as relações Estado-sociedade na execução das políticas públicas para o setor. Naquela oportunidade, a preocupação com a integração cultural do Mercosul saiu do âmbito dos debates nacionais e passou a contar com esforços de educadores dos diferentes países.

O apoio do Brasil na ocasião sinalizou, nomeadamente, a premência em ampliar as discussões geradoras de diretrizes educacionais que viessem a atender as contingências das novas situações trazidas pelo Mercosul.

Esta publicação pretende analisar em perspectiva histórica a ideia de um desenvolvimento do Mercosul Educacional, que seria peça chave no processo de integração regional, preconizando a necessidade de formação de uma consciência cidadã que transcendesse a nacionalidade e que criasse um sentimento de cidadania que prezasse pela construção de espaços - físico, econômico e cultural – dentro de um mundo globalizado e multipolar: o espaço do Mercosul (BRASIL, 1997, p. 5).

Neste evento, ainda, discutiu-se entre outras questões, a necessidade de imprimir nas crianças e adolescentes, a noção de tempo e espaço regional historicamente situados. Segundo o discurso de Prado (1998), a importância do seminário era a de buscar medidas práticas para

que se chegasse ao objetivo maior, que era atingir a sala de aula, local onde se dá o aprendizado, pois as questões culturais são relevantes para o próprio funcionamento do Mercosul:

INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL NA AMÉRICA LATINA

Na conjuntura do final de século XX, mudanças expressivas ocorreram na sociedade. O fenômeno da globalização impôs alterações nas estruturas financeiras dos países, tornando insuficientes os mercados nacionais. A questão cultural, não passou à margem deste processo, já que ela sofreu influências e simultaneamente influenciou, causando, deste modo, choques entre os indivíduos envolvidos. Renato Ortiz (2006), em seu livro *Mundialização e Cultura*, chamou a atenção para o fato de que “uma análise que se abre do entendimento da mundialização da cultura se choca com boa parte da tradição intelectual existente”, propondo o estudo de um conjunto de valores e estilos, bem como novas formas de pensar que pudesse contribuir para uma melhor adaptação a novos tempos.

Cabral (1995) ressaltou que, a situação da América Latina, a partir do nascimento do Mercosul, pôs na mesa a necessidade de se refletir sobre novos horizontes. A situação obrigou a examinar o passado para que se pudesse projetar o futuro. O autor ressalta que essa análise histórica seria fundamental para a consciência dos erros passados e o empreendimento de ações que vissem a garantir a não reprodução das frustrações passadas, garantindo assim o ingresso a novos tempos de modo irreversível.

Até a criação do Mercosul o grande fator de integração cultural entre os países membro foram somente os jogos de futebol. Estes, por sua vez, pouco permitiram observar os aspectos característicos dos habitantes das diferentes regiões. A abertura permitiu o estabelecimento de outras contribuições que puderam estabelecer novas relações que não fossem evidenciadas apenas em períodos de competições esportivas. Pôde-se fazer isto de forma mais ampla e educativa ao difundir nas escolas conhecimentos elaborados, proporcionando oportunidades de melhor conhecer as culturas próprias da região do Mercosul.

Martim (1998) assinala que, ao se considerar a integração como processo político, que promove a aproximação para solucionar problemas de ordem comum sem abalar as especificidades, faz-se necessário ter muita clareza com quem e para que integrar.

Houve, no passado, outras tentativas de integração, que privilegiavam apenas aspectos políticos e econômicos, desconsiderando as características culturais. Simon Bolívar (1783-1830), general venezuelano, lutou decisivamente pela independência de vários países latino-americanos e pela realização do primeiro tratado de união latino-americana (*Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua* entre as Repúblicas da Colômbia, Centro-América, Peru e

Estados Unidos Mexicanos) e pela organização da Grã-Bretanha, unindo Colômbia, Venezuela, Equador e Peru (PRAXEDES; PILETTI, 1997). Chegou a ser escolhido presidente da Grã-Bretanha, mas, com o esfacelamento de seu sonho de união, renunciou ao poder e morreu pouco tempo depois. Sobre a unidade latino-americana, afirmou:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, os mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que venham a formar-se (PRAXEDES; PILETTI, 1997).

José Martí (1853-1895) era poeta e foi líder do movimento pela independência de Cuba. Preso e expulso do País, viveu na Espanha, no México, na Guatemala e nos Estados Unidos, onde, além de escrever em jornais e revistas exigindo a liberdade para Cuba, uniu-se a outros exilados cubanos para organizar o movimento pela independência. Voltou a seu país em 1985, mas morreu lutando, sem ver seu objetivo alcançado.

Há muito tempo houve movimento na América Latina com vistas a uma maior integração, mas esse sonho nunca se concretizou totalmente, por motivos que não serão analisados neste texto. E, a todo momento, homens e mulheres participantes e ou testemunhas dos acontecimentos em torno do processo de integração de alguns países da América Latina, têm a oportunidade histórica de contribuir para a concretização de uma maior cooperação. A integração ocorre sob circunstâncias em que prevalecem o jogo de forças e os interesses. A educação tem importante papel a cumprir, no sentido de construção de uma cidadania global, planetária, nos termos de Edgar Morin (2018). É preciso ter claro que o final de século XX e primeiras décadas do século XXI apresentaram profundas alterações da vida em sociedade.

Este fenômeno, conhecido como globalização, tem como característica principal a integração da economia mundial e a globalização da informação. Nesse sentido, o Mercosul possibilitou uma aproximação maior com os outros setores. Uma das principais premissas é estabelecer a livre circulação de bens e serviços entre países sul-americanos ao processo de globalização que pontuava o cenário internacional, principalmente a consolidação de grandes blocos econômicos como, por exemplo, a União Europeia. Além destes espaços econômicos de grande alcance, surgiram também inúmeras zonas de livre comércio, inclusive o Pacto Andino, que consagra os países sul-americanos situados na Cadeia do Andes.

O Pacto Andino, que em 1996 teve o seu nome alterado para *Comunidad Andina* (CAN), tem como seus objetivos (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2020):

- Desenvolvimento da política;
- Desenvolvimento social;
- Desenvolvimento cultural;
- Desenvolvimento da economia;
- Cooperação dos países-membros;
- Melhoria da qualidade de vida da população;
- Relações diplomáticas saudáveis;

Criação de um mercado comum latino-americano.

No decorrer do processo integracionista andino, estes são alguns dos objetivos alcançados:

- a) uma zona de livre comércio em funcionamento desde 1993 em Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela;
- b) uma Tarifa Externa Comum (TEC) vigente desde 01 de Fevereiro de 1995;
- c) a liberação dos serviços de transportes em suas diferentes modalidades;
- d) o aumento, 48 vezes, das exportações entre a região que cresceram de 111 milhões de dólares, em 1970, para 5.333 milhões de dólares em 1998;
- e) o incremento do componente manufatureiro dos produtos que comercializam os andinos entre si, passando de 40% para mais de 90%;
- f) a incorporação do Sistema Presidencial Andino e do Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores como organismos de condução do processo;
- g) o acesso preferencial de produtos andinos nos Estados Unidos e na União Europeia;
- h) a criação de um Conselho de Planejamento Econômico com a missão de avançar em Políticas Macroeconômicas;
- i) a assinatura de um acordo com o Mercosul para implementação de uma zona de livre comércio em vigor em 01 de Janeiro de 2000;
- j) a participação conjunta nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);
- k) um convênio firmado com os Estados Unidos para estabelecimento do Conselho Andino-Estadounidense, que impulsionará as exportações e atrairá investidores;
- l) a aprovação das diretrizes da Política Externa Comum;
- m) a assinatura de um acordo de cooperação com o Canadá voltado para Comércio e Investimentos no qual as partes se comprometem a intensificar e fortalecer suas relações;
- n) a regulamentação do processo de integração e liberalização do comércio de serviços e telecomunicações;
- o) a aprovação pelo Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores de diretrizes da Política Externa Comum com o objetivo de proporcionar uma maior presença internacional e propiciar sua articulação e convergência com os demais processos de integração da América Latina e Caribe;
- p) aprovação da Política Comunitária para Integração e Desenvolvimentos Fronteiriços, um ponto fundamental no fortalecimento e consolidação do processo de integração;

- q) aprovação e colocação em vigência do Acordo de Alcance Parcial de Complementação entre a Comunidade Andina e o Brasil, um primeiro passo para criação de uma área de livre comércio CAN-Mercosul.

Em períodos mais recentes, a discussão sobre integração transnacional e cooperação entre nações tem recaído preponderantemente sobre os aspectos econômicos. Por outro lado, as discussões têm sofrido grande influência dos novos movimentos migratórios decorrentes de instabilidade política de alguns territórios ou então em função de catástrofes ambientais. Nesse último caso, pode-se citar o movimento de expressivos contingentes populacionais do Haiti em direção ao Brasil ou então da Venezuela para o Brasil. Nesse contexto, tem se discutido, entre outros, a natureza jurídica desses sujeitos no âmbito nacional que os acolhe (BRUM, 2018).

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL

No Mercosul, a educação não ocupou lugar de destaque nas discussões inerentes à integração; por outro lado, também não ficou totalmente à margem do processo, figurando especialmente como um agente democrático nas pautas e reuniões, conquanto também facilmente manipulada de acordo com os interesses das partes.

A educação constitui um direito universal da pessoa, segundo consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória [...]” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, Art. XXVI).

A educação para todos é uma tarefa comum, cada indivíduo pode e deve dar sua contribuição mediante ações individuais ou coletivas, associando-se à sociedade civil organizada ou às instituições governamentais oferecendo suas habilidades (MARTINS, 1998). Considerando os esforços dos profissionais da educação, ligados às diversas instituições de ensino públicas e privadas, observa-se que ocorreu um significativo avanço para que o direito à educação fosse alcançado por todos ou pela grande maioria. Entretanto, há muito que fazer para que este direito se concretize por completo. Na região que compreende o Mercosul, particularmente, são milhares os analfabetos ou pessoas sem instrução mínima que lhes possibilite conhecimento e condições básicas para exercer seus direitos de cidadania.

Historicamente a educação representou uma área de interesses contraditórios, pairando entre os limites da injustiça e os da promoção desta com o intuito de oferecer condições à pessoa humana de buscar elementos que a auxiliassem na construção do próprio ser. Ao final do século XX, a educação foi citada como um dos principais agentes portadores de possibilidades para facilitar a resolução de problemas e frustrações passadas, que em muitos casos poderiam ser tomados como ponto de partida para uma nova fase. Na fase atual da educação, sua democratização é um objetivo com reais possibilidades de realização, por meio

de ações a atividades pedagógicas de ensino, que raramente são reiteradas pelas instituições governamentais e a própria realidade. Segundo Luce (1984), a partir da organização da sociedade, é possível escolher os caminhos pelos quais se quer realizar as propostas apresentadas: é o processo histórico que se vai formando pelo trabalho, pela ação consciente e crítica a enriquecer e transformar as instituições, explorando as contradições, tirando vantagem da ambiguidade. O Mercosul representou a renovação do compromisso democrático com o compromisso da integração: a integração para a democratização da educação e a democratização da educação para a integração da América Latina (LUCE, 1984).

Essas ações foram direcionadas e adaptadas à realidade do Mercosul. Esta associação foi vista como possibilidade de construção de um processo de integração no qual a educação tivesse importante papel, mas também se reconheceu que haveria um longo caminho a percorrer para conquistar seus objetivos e ocupar seu espaço para contribuir de forma atuante neste processo de integração. Era preciso também oferecer educação de qualidade em todos os níveis, a todos os segmentos sociais, reduzindo as distâncias entre ensino público e privado, preservando as características regionais e evitando a homogeneização.

Posto que adversando os problemas acima expostos, muitas nações – por meio de seus governantes – atravessaram um período de aproximação e integração, fenômeno esse ocasionado por interesses diversos. O Mercosul começou a surgir em julho de 1986. O ponto de partida foi o encontro realizado em Buenos Aires entre presidentes da Argentina e do Brasil, respectivamente Raúl Alfonsín e José Sarney. O *Tratado de Assunção*, assinado em março de 1991, na cidade paraguaia com o mesmo nome, oficializou a criação do Mercosul, com a participação de mais dois parceiros: o Paraguai e o Uruguai. Após longos anos de reuniões, negociações, acordos e desacordos, hoje o Mercosul encontra-se em um estágio significativamente avançado, porém ainda falta muito para sua efetiva consolidação em todos os setores que buscam se integrar, pois diferenças e particularidades acabam muitas vezes prevalecendo sobre os interesses coletivos das nações envolvidas.

Conforme Cervo e Rapoport (1998), a educação e a cultura no Mercosul foram conduzidas de maneira muito lenta, especialmente pelos órgãos governamentais, que fundamentalmente privilegiaram as áreas em que se encontram os interesses econômicos que surtem efeito a curto e médio prazo, deixando em segundo plano setores que necessitam de um período mais longo para sintonizar-se e conciliar os benefícios para o desenvolvimento. Faz-se necessário procurar esclarecer que tipo de integração se quer, quais as condições de que se dispõe para alcançar as metas, superar os obstáculos, esclarecer as contribuições que a educação possa oferecer para o fortalecimento do processo que segue uma tendência mundial.

Os movimentos migratórios mais recentes têm colocado novos desafios à educação e acirrado a discussão sobre integração transnacional e mesmo interna aos diferentes Estados. Observa-se assim movimentos na direção de uma maior cooperação e respeito às diversidades,

também nas práticas educativas. Por outro lado, há também movimentos de resistência e que levantam inclusive a necessidade do levante de novas fronteiras. Tudo isto tem representado grande desafio à educação em contexto de globalização ou mundialização, conforme aponta Capelin (2018). Nesse contexto, o paradigma da complexidade tem importante instrumental teórico para compreender esses fenômenos. O aprofundamento dessas reflexões é, portanto, fundamental para que se avance na direção de uma sociedade mais humana, de respeito e cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mercosul, portanto, se propõe a ampliar as dimensões dos mercados nacionais dos países envolvidos, servindo como ponto fundamental na aceleração do desenvolvimento econômico.

Porém, como consta em Arienas (1997), para que os objetivos propostos nos acordos firmados no Mercosul possam ser alcançados, há ainda um longo caminho a trilhar, pois será necessário superar uma série de dificuldades que se situam nos mais variados campos da vida social e econômica. Entre elas, destaca-se a atualização dos setores mais deficitários da economia, os problemas relacionados ao meio ambiente e as grandes fronteiras culturais que são verdadeiros entraves no caminho de uma integração.

Outro obstáculo importante na consolidação do Mercosul reside nas barreiras protecionistas no comércio exterior dos países desenvolvidos e nova redistribuição dos mercados pelas corporações transnacionais, provocando a deterioração das indústrias dos países mais atrasados (MOROSINI, 1994).

No âmbito dos países envolvidos, encontram-se entraves dos mais variados: não há uma doutrina em torno do desenvolvimento e da mudança para a solução do atraso em relação às nações mais desenvolvidas; há insuficiência de informações que permitam o acompanhamento das precípuas propensões dos diferentes setores econômicos que regem a economia mundial.

Nesse contexto, a educação tem papel fundamental, pois muitos dos entraves à integração dizem respeito aos valores e hábitos característicos dos agentes culturais na vanguarda dos processos de integração. Assim, cabe a educação fomentar sistematicamente a cidadania planetária, a valorização da diversidade cultural e o respeito à diferença.

REFERÊNCIAS

ARIENAS, Nelly. Globalización e identidad latinoamericana, **Nueva Sociedad**, n. 147, ene./feb. , p. 44-55, 1997. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/2562_1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRUM, Edivane. **O acesso à justiça no Novo Código de Processo Civil como garantia de desenvolvimento das relações transnacionais ao transmigrante**. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade) – Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade. UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador. Disponível em: <https://repositorio.uniarp.edu.br/25>. Acesso em: 03 fev. 2020.

CABRAL, Salvador. **A revolução cultural do Mercosul**. Florianópolis: Insular, 1995.

CAPELIN, Lilia. **Imigrantes haitianos: vida e sonhos em trânsito**. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade) – Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade. UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador. Disponível em: <https://repositorio.uniarp.edu.br/24>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 10 maio. 2018.

ESCOLA EDUCAÇÃO. **Pacto Andino**. 2020. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/pacto-andino>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LUCE, Maria Beatriz Moreira. Em busca de uma ampliação na agenda de pesquisa sobre as organizações universitárias. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.57-58, jul./dez. 1984.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.

OLIVEIRA, Flávia A. Martins de (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO, Iara Glória Areais. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. **O Mercosul e a sociedade global**. São Paulo: Ática, 1997.